



Assembleia Municipal de Odivelas

Ata Nº03/2014

ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2014 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Aos treze dias do mês de março do ano dois mil e catorze pelas vinte horas e trinta minutos reuniu a Assembleia Municipal de Odivelas, em 3ª Sessão Extraordinária de 2014, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sito na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, sob a Presidência de Miguel Filipe Pardal Cabrita, como Presidente, António José Real da Fonseca e Deolinda Martins, como 1º e 2ª Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

II - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

III - PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

PONTO 1 – Debate sobre a Atividade Municipal. -----

PONTO 2 – Aprovação de Atas. -----

PONTO 3 – Proposta de Extinção, por Acordo, da Cedência em Direito de Superfície Constituída sobre o “Complexo Desportivo do Porto Pinheiro” a favor do Sporting Clube de Portugal. -----

PONTO 4 – Designação do Fiscal Único Suplente da “Municipália – Gestão de Equipamentos e Património do Município de Odivelas, E.M.”. -----

PONTO 5 – Designação de Representante da Assembleia Municipal de Odivelas na Comissão de Acompanhamento do PDM -----

PONTO 6 – Designação de Presidente de Junta de Freguesia para representação na Comissão Municipal de Defesa da Floresta. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

PONTO 7 – Discussão sobre Competências e Eleição da Comissão Executiva Metropolitana. -----

Nos termos legais aplicáveis, realizaram-se as seguintes substituições: -----

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal **Tânia Beleza**, pelo Membro **Alcina Trindade**; -----

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal **Rui Cabral**, pelo Membro **Pedro Caetano**; -----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal, **António Pedro**, pelo Membro **Cristina Azedo**-----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal, **Lídia Mateus**, pelo Membro **Raquel Rodrigues**--

Distribuída a folha de presenças aos Membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença dos **37** Membros da Assembleia Municipal, tendo-se registado as ausências de, -----

A Câmara Municipal fez-se representar na Assembleia Municipal, nos termos legalmente aplicáveis, tendo estado presente o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Martins e 4 Vereadores que compõem o executivo camarário, tendo-se registado as presenças dos Srs. Vereadores, Paulo César Teixeira, Edgar Valles, pela bancada do PS, Carlos Bodião da bancada do PSD e Maria da Luz Nogueira da bancada da CDU. -----

Havendo quórum, o **Senhor Presidente** deu início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**. -----

No âmbito do PAOD, Usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal: -----

Susana Santos, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção política que seguidamente se transcreve; --

"Pão e Rosas -----

Assinalou-se no passado dia 8 de Março o Dia Internacional da Mulher. -----

Sublinho assinalou-se, porque esta não é uma data festiva ou comemorativa. Não é um dia apenas para flores ou mimos, que sabem bem todos os dias, é certo. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signatures and initials]

No Dia Internacional da Mulher pede-se muito mais do eu a flor, ou o poema que advoga as qualidades estereotipadas da mulher linda e perfeita. -----

Porque perfeita está longe de ser a condição da mulher num mundo em que: -----

- 6 em cada 10 mulheres já sofreram violência física e/ou sexual na sua vida; -----

- 140 milhões de mulheres e meninas sofrem mutilação genital; -----

- Mais de 600 mil mulheres e meninas são traficadas através das fronteiras a cada ano, a grande maioria para fins de exploração sexual; -----

- 3,9 milhões de mulheres “desaparecem” todos os anos, quer seja através de morte à nascença ou do “aborto seletivo”, mortalidade infantil ou morte durante a vida fértil, relacionada com a saúde reprodutiva e doenças sexualmente transmissíveis; -----

- meninas como Malala Yousafzai, são baleadas e assassinadas apenas porque querem ir à escola. -----

Quando em 1912, no Massachusetts, trabalhadores têxteis em greve empunharam cartazes pedindo pão e rosas. Pão significava salário igual para trabalho igual e rosas, direitos laborais e condições dignas de trabalho. -----

102 anos depois, as estatísticas mostram-nos que, mesmo na Europa, o grito feminino por Pão e Rosas faz cada vez mais sentido. -----

Numa Europa em crise, em que ganha força a retórica da austeridade e os indicadores económicos tomam prevalência sobre as pessoas, é a própria secretária-geral adjunta do Conselho da Europa Gabriella Battaini Dragoni que alerta para o acentuar das desigualdades de género, afirmando que “As mulheres estão a sofrer mais que os homens devido às políticas de austeridade. A desigualdade de género está em causa e devia ser fortalecida durante estes momentos de turbulência”. -----

Esta política de austeridade obsessiva, imposta pelo Governo PSD/CDS é uma profunda violência económica sobre cidadãos e cidadãs, e penaliza, sobretudo aquelas e aqueles que são frágeis e vulneráveis. -----

Os últimos dados disponibilizados pelo INE (Inquérito ao Emprego, 2013) indicam que quase metade das mulheres em idade ativa não tem assegurada a sua independência económica. -----

Desemprego, precaridade, pobreza são, assim, os principais fatores que roubam a um número tão impressionante de mulheres o direito de viver em condições de dignidade, liberdade e autonomia. -----

De dependente a vítima o caminho é muito curto, o que contribui significativamente para que 1 em cada 4 mulheres no nosso País seja vítima de violência doméstica. -----

Mas mesmo para aquelas em que a questão da dependência não se coloca, existem, ainda muitos fatores que obstaculizam a participação das mulheres de forma igualitária em todas as esferas da vida económica, social e política. -----

Se o nosso País 30,1€ das mulheres são licenciadas, contra 24,3% dos homens, apenas 7,1% dos lugares de chefia são ocupados por mulheres, o que coloca Portugal no penúltimo lugar da Europa a 27. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

No domínio político, 100 anos após o corajoso voto de Carolina Beatriz Ângelo, foi a Lei da Paridade, aprovada pelo partido Socialista, que veio garantir uma maior participação das mulheres na vida política, avançando décadas num caminho que, de outro modo se faria num tempo demasiado lento. -----

Mas aqui, não deixa de ser paradigmático, que muitas das vozes que se levantam contra esta Lei, venham de mulheres. -----

È tão comum ouvir – “Eu cheguei aqui por mérito, não por causa das quotas”, como se fosse possível provar mérito sem o golpe de sorte de conseguir entrar. Ou seja sequer justo e razoável que uma mulher tenha de trabalhar muito mais e se conseguir destacar ainda mais para poder almejar a estar num lugar tradicionalmente ocupado por homens. Como se todos os homens que estão fossem melhores do que as mulheres que ficam de fora. Como se a conciliação entre a vida pessoal, profissional e política tenha de ser eterno malabarismo, numa corda bamba em que, inevitavelmente, algo terá de cair. -----

A lei da Parentalidade, a Lei da IVG, a criminalização da violência doméstica, o estatuto de vítima de violência doméstica, são, também, marcos importantíssimos. Marcos do PS. Marcos de avanço civilizacional num País que não se pode dar ao luxo de desperdiçar metade daquela que é a sua maior força – as pessoas. -----

Precisamos, urgentemente, de um novo rumo. Um novo rumo com novas políticas, pois todas as instituições internacionais afirmam que os Países capazes de criar melhores oportunidades e condições de vida para mulheres e raparigas, aumentam a sua produtividade, melhoram a qualidade de vida das suas crianças, tornam as instituições mais representativas e têm melhores perspetivas de desenvolvimento para todas e para todos. -----

Em Odivelas, temos vindo a dar alguns passos no sentido certo. Temos consciência que o poder local pode ser um responsável estratégico pela igualdade de género e pode fazer a diferença na vida e nas oportunidades de vida das mulheres. -----

Por exemplo, aprovámos o Plano Municipal para a Igualdade, criámos a Conselheira Municipal para a igualdade e atribuímos anualmente o prémio municipal Beatriz Ângelo. A Junta de Freguesia da Pontinha e Famões criou, recentemente, o pelouro da Igualdade de Género e já este ano passámos a ter, na Assembleia Municipal um regimento com linguagem inclusiva. -----

É verdade que muito caminho foi feito e que, apesar de tudo, a condição da mulher hoje, é incomensuravelmente melhor do que a condição da mulher há cem anos atrás. -----

Mas agora, como há cem anos, continuamos a pedir salário igual, para trabalho igual, porque, em Portugal, os homens ganham, em média, mais 18% que as mulheres, ou seja, as mulheres têm de trabalhar mais 65 dias para conseguirem ganhar o mesmo salário anual dos homens. -----

Pão e Rosas hoje, como há 100 anos, para todas as Mulheres do Mundo.” -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia**, foi colocada à votação a discussão do documento acima apresentado tendo sido **Aprovado por Unanimidade**. -----

Pela Bancada do **BE** foi apresentada uma **Moção (Doc. nº 1)** sobre **“Pela denúncia do acordo de cooperação da Epal com a Mekorot”**, que seguidamente se transcreve; -----

“A EPAL — Empresa Pública de Águas Livres — sociedade de capitais públicos do Grupo Águas de Portugal, assinou, em 2009, um acordo de cooperação com a companhia nacional de águas de Israel, a Mekorot, nos domínios da segurança dos sistemas de abastecimento de água. Durante o ano de 2014, esse acordo pode ser denunciado por qualquer uma das partes, ou renovado de forma tácita. -----

Fundada em 1937, a Mekorot, assumiu das autoridades militares de Israel, em 1982, a gestão do sistema de abastecimento de água nos territórios palestinos ocupados em 1967. Neste quadro, e com recurso aos instrumentos militares herdados daquele período, a Mekorot desempenha uma função estratégica na política de colonização dos territórios palestinos ilegalmente ocupados, desviando ilegalmente a água dos aquíferos palestinos para abastecer os colonatos israelitas e as bases militares que as protegem, em detrimento das populações que aí vivem há séculos e que deixaram de ter acesso às suas próprias nascentes, assegurando a integração dos colonatos no sistema de abastecimento de água de Israel, e impedindo a construção, e manutenção das infra-estruturas que servem a população palestina, em particular a que vive na chamada zona C. O mapa do sistema nacional de água que a Mekorot apresenta no seu portal mostra Israel e os territórios palestinos ocupados como sendo um único território, ignorando a fronteira anterior à guerra de 1967 reconhecida por organismos internacionais, como a ONU e a UE. Segundo dados da Organização das Nações Unidas, de Março de 2012, o consumo médio de água em Israel e nos colonatos israelitas é de cerca de 300 Litros diários per capita, ao passo que para a população palestina esse valor se situa em cerca de 70 litros, muito abaixo do valor padrão de 100 litros diários per capita, recomendados pela Organização Mundial de Saúde. (<http://unispal.un.org/pdfs/OCflAPalwatersprings.pdf>). -----

Assim, considerando que: -----

a) de acordo com os princípios e normas aceites do direito internacional, nenhum estado deve reconhecer legalidade, prestar apoio ou assistência, a situações consideradas como violação de normas peremptórias da lei internacional (Resolução Q 56/83, de 12 de Dezembro de 2001. da Assembleia Geral das Nações Unidas, art 41º) -----

b) a colonização por Israel dos territórios palestinos ocupados em 1967 é considerada como um ato ilegal à luz do direito e da legalidade internacional; -----

c) o direito à água e ao saneamento básico é considerado como um direito humano essencial ao pleno gozo dos restantes direitos humanos, consagrado na resolução n 64/292 da Assembleia Geral da ONU, adotada



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

no dia 28 de Julho de 2010, que reitera, nessa medida, a responsabilidade dos estados na garantia, e promoção de todos os direitos humanos; -----

d) a União Europeia aprovou normas, com efeitos a partir de 2014, que proíbem o financiamento de entidades israelitas e de atividades levadas a cabo por entidades israelitas que incidam sobre os territórios palestinos ocupados por Israel, desde Junho de 1967 (Jornal Oficial da União Europeia, 19.07.2013); -----

e) em Agosto de 2013, o banco Nordea, de capitais sueco-noruegueses excluiu da sua carteira de clientes a empresa Cemex, a terceira maior produtora mundial de cimentos, responsável pela exploração ilegal de recursos naturais não renováveis na Margem Ocidental do rio Jordão; em Setembro de 2013, uma empresa holandesa, a Royal Haskoning DHV, rompeu o contrato que mantinha com o Município de Jerusalém para a construção de uma estação de tratamento de esgotos que iria servir os colonatos ilegais de Israel nos territórios palestinos ocupados em 1967; mais recentemente, a Vitens, empresa de águas da Holanda, denunciou o acordo de parceria que mantinha com a Mekorot; -----

f) a Constituição da República estabelece que Portugal pauta as suas relações externas pela observância dos princípios “da independência nacional, do respeito dos direitos do homem, dos direitos dos povos, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da humanidade”, e prevê que “as normas e os princípios de direito internacional geral ou comum fazem parte integrante do direito português”; -----

g) Portugal votou favoravelmente a resolução A/67/L.28 da Assembleia Geral das Nações Unidas aprovada no dia 29 de Novembro de 2012 onde, depois de se reafirmar o direito do povo palestino à auto-determinação e à independência do Estado da Palestina nos territórios palestinos ocupados em 1967, se reconhece à Palestina o estatuto de estado observador não membro nas Nações Unidas; -----

h) no seu Código de Ética e Conduta, a EPAL afirma defender e pugnar, entre outros, pelos princípios e valores da legalidade, responsabilidade social, sustentabilidade, e respeito pela pessoa humana; -----

A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida a 13 de Março de 2014, delibera: -----

1- Recomendar à EPAL que denuncie o acordo de cooperação que mantém com a empresa de águas israelita Mekorot dadas as responsabilidades desta empresa na colonização ilegal, levada a cabo por Israel, dos territórios palestinos ocupados em 1967; -----

2 — que caso seja aprovada, esta moção deve ser enviada para os órgãos de soberania (Assembleia da República e todos os partidos aí representados, Presidência, Governo e Ministério dos Negócios Estrangeiros), para os municípios da área metropolitana de Lisboa e Vale do Tejo, à EPAL e à Mekorot à delegação da Palestina em Portugal, à embaixada de Israel, à comunicação nacional e local. -----

Pela Bancada do PS, foi apresentado uma **Moção (Doc. nº 2)** sobre “**Estruturas de Fibrocimento, nas Escolas do Concelho de Odivelas**”, que seguidamente se transcreve; -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

"A Câmara Municipal de Odivelas tem inventariados alguns estabelecimentos de ensino público de responsabilidade municipal, os quais apresentam algumas estruturas com fibrocimento, material que contém, uma percentagem de amianto. -----

Sempre que uma escola é intervencionada, a Câmara de Odivelas tem removido as coberturas de fibrocimento, substituindo-as por materiais mais modernos, sempre com recurso a verbas municipais. Este é um trabalho que tem vindo paulatinamente a ser efetuado, não por força de qualquer imperativo legal, ou programação imposta, mas por exigências de segurança. -----

Nestes casos, e porque os riscos para a saúde advêm da inalação de partículas inerente ao seu manuseamento, as intervenções são sempre efetuadas nas pausas letivas, quando não existem alunos, professores ou funcionários na escola, cumprindo as regras rigorosas de proteção dos trabalhadores que executam estes trabalhos, previstas no Decreto-Lei nº 266/2007, de 24 de junho. -----

Este trabalho é visível, não obstante as graves restrições orçamentais impostas pelo Governo às Autarquias, agravadas pela famigerada Lei dos Compromissos, que tem afetado, de forma grave, a capacidade de investimento e atuação dos municípios. -----

Torna-se, pois, imperioso que o Governo proceda à inventariação de todos os edifícios e serviços públicos, garantindo as linhas de financiamento e o apoio financeiro necessário ao efetivo cumprimento das medidas de segurança nesta matéria. -----

Face ao anteriormente exposto, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em sessão extraordinária no dia 13 de março, delibera exigir do governo: -----

1 – Apoios efetivos e urgentes para uma rápida erradicação do fibrocimento que ainda existe em algumas das escolas que estão sob responsabilidade municipal e que já foram inventariadas pela Câmara Municipal de Odivelas. -----

2 – Que com a máxima urgência proceda à inventariação das escolas e demais edifícios públicos existentes no Concelho de Odivelas que contenham materiais que na sua constituição incluem amianto e que estão sob a sua responsabilidade, promovendo as obras necessárias para a sua remoção no mais curto espaço de tempo possível. -----

Pela Bancada do BE foi apresentada uma **Moção** sobre "o dia Internacional da Mulher" (doc. nº 3), que seguidamente se transcreve; -----

"Considerando que: -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signatures]

1. *No dia 8 de Março de 1857, as operárias de uma fábrica têxtil nova-iorquina começaram uma greve pela redução do horário de trabalho e pelo direito à maternidade. Com uma jornada de trabalho de dezasseis horas diárias, recebiam menos de um terço do salário dos homens. Mais de uma centena destas mulheres acabaria por perder a vida na sequência de um incêndio que deflagrou nas instalações fabris onde se encontravam.* -----
2. *Por essa razão, o dia 8 de Março é, desde 1910, comemorado como Dia Internacional da Mulher. Uma homenagem às mulheres que perderam a vida nesse processo grevista, mas também a todas aquelas que, ao longo da história, chamaram à participação pública a luta pelos direitos, pela igualdade e pela dignidade.* -----
3. *Portugal vive hoje uma das mais graves crises económicas e sociais da sua história. Esta crise, afetando uma parte muito significativa da população, escreve-se sobretudo no feminino. Sabemos hoje que, passados mais de cem anos da greve de 8 de Março, a desigualdade é ainda amplificada pela relação de género: as mulheres trabalham em média mais do que homens (entre trabalho remunerado e não-remunerado); e ganham, no contexto europeu, menos 16,4% (segundo dados da Comissão Europeia). O próprio direito à maternidade, como outros, não está ainda hoje totalmente implementado.* -----
4. *No passado dia 7 de março a Assembleia da República, por proposta do Bloco de Esquerda, classificou o crime de violação como um crime público, deixando, assim, de depender de queixa da vítima.* -----

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário, no dia 13 de março de 2014, por proposta do Bloco de Esquerda, delibera: -----

1. *Saudar as comemorações do Dia Internacional da Mulher, saudando igualmente todas as conquistas históricas que foram feitas na luta pela igualdade;* -----
2. *Congratular-se com a decisão da Assembleia da República, em tornar a violação um crime público;* -----

Pela Bancada da CDU, foi apresentada uma Proposta de Recomendação (doc. nº 4) sobre “Acessibilidade Pedonal no Concelho de Odivelas” que seguidamente se transcreve. -----

Considerando que: -----

A. A acessibilidade é uma condição indispensável para a plena concretização de vários direitos de cidadania e para a efetiva igualdade de oportunidades. Um Concelho mais acessível será seguramente um Concelho mais inclusivo, mais seguro, mais amigo das pessoas de todas as idades, mais competitivo e sustentável; -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signatures and initials]

B. A promoção da acessibilidade é um imperativo legal. Há mais de 15 anos que a Lei portuguesa consagra exigências no domínio da acessibilidade; -----

C. A Câmara Municipal de Odivelas tem um conjunto obrigações legais para cumprir até ao final de 2017, em matéria de Acessibilidade e de Não-Discriminação das Pessoas com Deficiência, nomeadamente as que decorrem do Decreto-Lei n.º 163/2006 (que define as normas técnicas de acessibilidade e as regras para a sua aplicação às edificações) e da Lei n.º 46/2006 (que proíbe e pune a discriminação em razão da deficiência); -----

D. O Decreto-Lei nº 163/2006, entre as suas disposições, destaca, em matéria de normas técnicas de acessibilidade e regras, que: -----

- Aplica-se tanto às edificações já existentes como às edificações futuras (o termo edificação abrange tanto os edifícios como os outros espaços construídos, nomeadamente a Via Pública); às edificações existentes é dado um prazo para adaptação, que termina, o mais tardar, em 2017; as edificações futuras, por seu lado, só poderão ser viabilizadas se cumprirem, na íntegra, todas as normas aplicáveis; -----

- A eliminação das barreiras nas edificações existentes não “espera” pelo fim do prazo, i.e., devem aproveitar-se as obras que entretanto sejam realizadas para efetuar as correções que no seu âmbito sejam possíveis; -----

E. A Câmara Municipal de Odivelas não dispõe de um Plano Municipal de Acessibilidade Pedonal com a missão de definir a melhor estratégia para promover a acessibilidade no concelho, até ao final de 2017; -----

F. A experiência de muitos outros concelhos demonstra que sem um Plano é difícil ou impossível financiamentos, tirar partido de oportunidades e prevenir o agravamento da situação. Sem um Plano a autarquia apenas pode reagir de forma casuística e, previsivelmente, de forma menos eficiente e mais onerosa. Compromissos vagos não produzem mudanças concretas. Todas as ações devem incidir sobre problemas concretos, e produzir resultados concretos e verificáveis; -----

G. A falta de acessibilidade e a persistência das barreiras existentes, conjugada com o envelhecimento da população portuguesa e do concelho, poderá vir a confrontar o País e o concelho com um volume insustentável de pessoas em situação de dependência; -----

Mas tendo em conta que: -----

I - Ainda de acordo com Decreto-Lei n.º 163/2006 a adaptação não é exigível quando as obras necessárias à sua execução forem desproporcionadamente difíceis ou dependerem de meios económico-financeiros desproporcionados ou não disponíveis, ou quando afetarem sensivelmente o património cultural ou histórico. Mas esta indisponibilidade financeira não deve ser entendida em sentido pontual mas estrutural, i.e., uma entidade como a CMO, que tem receitas próprias, pode argumentar que não tem meios para realizar todas as alterações no prazo definido pelo decreto, mas está obrigada, mas deverá programar no tempo e nos seus planos plurianuais de investimento as intervenções tecnicamente exequíveis; -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signatures and initials]

II - A Câmara Municipal dispõe de serviços e de funcionários altamente qualificados e com grande competência técnica, aptos a conceber e concretizar, de forma coordenada, com eficácia e eficiência, um plano municipal de acessibilidade pedonal; -----

A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em sessão extraordinária no dia 13 de Março de 2014, delibera recomendar à Sra. Presidente da Câmara Municipal de Odivelas que: -----

1. Assuma um claro compromisso político em matéria de Acessibilidade Pedonal, em respeito por valores universais e numa perspetiva de concretização de direitos constitucionais e cumprimento de exigências legais, consubstanciado através da conceção, execução e monitorização de um Plano Municipal, que contemple, pelo menos, as seguintes áreas operacionais: Via Pública, Equipamentos Municipais, Fiscalização de Particulares e Articulação com a Rede de Transportes Públicos; -----

2. instrua os serviços para a elaboração, no prazo de 120 dias contados desde a aprovação da presente recomendação, para a apresentação de uma proposta sobre as metodologias de trabalho a adotar, tal como concemente ao faseamento ou calendarização das ações a promover, visando a formulação do plano, a elaboração de estudos, a redação da proposta global de plano e, até ao final de 2017, a sua execução e monitorização. -----

*Pela Bancada da CDU foi apresentado uma **Moção (Doc. nº 5)** sobre “Infraestruturas, Privatizações, Parcerias Público-Privadas e os Transportes Públicos” que seguidamente se transcreve; -----*

*“Considerando que: -----
no último mês têm sido múltiplas as notícias relacionadas com as alterações que o Governo pretende introduzir nos Transportes Públicos da Área Metropolitana de Lisboa. Têm sido tantas as notícias como a falta de informação institucional às autarquias. Desde a privatização da EMEF, da CP Carga e da CarrisTur, à concessão da CP, da Carris, do Metro, da Transtejo e da Soflusa, até ao anúncio da intenção de um conjunto de investimentos em infraestruturas e de não investimento noutras, tudo tem sido orquestrado em desrespeito pelas autarquias e pelas populações. -----*

A falta de informação e envolvimento das autarquias contrasta com a evidente prioridade dada à satisfação das necessidades dos diversos grupos económicos, que o Governo envolveu em todos os grupos de estudo e em todas as auscultações. -----

num momento em que a região ainda paga as consequências das anteriores e desastrosas PPP, é evidente que o Governo se prepara para produzir novas PPP, desperdiçando milhares de milhões de euros públicos. Considerando ainda, por outro lado, e fruto das erradas opções do PET – para as quais as autarquias alertaram a seu tempo – que tem sido muito acentuada a degradação do transporte público nos últimos dois anos, como é o caso flagrante do Metropolitano de Lisboa e da CP Lisboa, afetados pela redução de



Assembleia Municipal de Odivelas

efetivos e pela degradação do material, e como é igualmente exemplo a redução brutal da procura, devido à redução da oferta e ao aumento brutal dos preços dos transportes públicos. -----

A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida na 3ª Sessão Extraordinária em 13 de Março de 2014, delibera: -----

1. Exigir ao Governo que todas as decisões relativas aos transportes públicos da Área Metropolitana de Lisboa sejam tomadas com as Autarquias e não contra as Autarquias; -----

2. Exigir ao Governo que sejam – no imediato – tomadas medidas para melhorar a rede de transportes públicos na região.” -----

Luis Salmonete, pela bancada do **PSD**; proferiu uma intervenção; que seguidamente se transcreve; -----

“Recebemos do senhor presidente da Assembleia Municipal uma “reflexão” produzida pelo senhor Edgar Valles que mereceu a nossa melhor atenção, até porque diz respeito ao funcionamento deste órgão. -----

O senhor membro da Assembleia Municipal de Odivelas, Edgar Valles começa a sua “reflexão” com uma incorreção ao dizer: -----

“Convocada para se iniciar às 14h, terminou às 18 h.” – Convocada sim mas teve início às 14H35 e aqui reside o seu primeiro equívoco. -----

Segunda questão prende-se com o início da entrada no ponto 1 que não foi às 17H45 como menciona, mas sim às 17H15. -----

Depois não se esqueça que foi a bancada do PS (dentro do direito que lhe assiste) que pediu um intervalo por volta das 16H55. -----

Para dar início à sua reflexão diz o seguinte: -----

“Tal não se deveu a qualquer deficiência na condução dos trabalhos. A este respeito, importa referir que o Presidente da Assembleia Municipal tem desempenhado as suas funções de forma exemplar”.

Isto faz parte dos manuais, para dar início à sua reflexão o senhor dá primeiro razão ao senhor presidente da assembleia e depois ataca o órgão. Nada de novo aqui, faz parte dos manuais. -----

Mas isso contradiz aquilo que disse em reuniões anteriores nas quais corrigiu a mesa relativamente à interpretação de alguns pontos, pondo assim em causa a sua competência. -----

A seguir. -----

“O problema reside no eternizar do período de antes da ordem do dia, originado pela proliferação de moções muitas das quais sem qualquer relevância autárquica”. -----

É uma afirmação descabida a não ser que o senhor membro queira fazer uma censura prévia àquilo que deverá vir à assembleia municipal por parte dos grupos políticos. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signatures]

Sendo assim é uma manifesta ingerência na esfera política dos outros partidos, vai contra o espírito do regimento e contra a tradição desta assembleia. -----

A seguir o senhor manifesta total desconhecimento daquilo que é o regimento da assembleia municipal de Odivelas, porque o PAOD tem de facto a duração de 1 hora como menciona, **mais** um prolongamento de 30 minutos a pedido de qualquer bancada e isso o senhor esqueceu-se de mencionar. -----

A seguir faz propaganda ao seu "Guia do Autarca" e seguem várias considerações que me abstenho de referir porque são suas e cada um tem direito à sua opinião. -----

Mas a dada altura diz o seguinte: "Embora a lei não contenha uma proibição a que sejam tratadas questões de política nacional ou internacional, o certo é que o legislador pretendeu que o período de antes da ordem do dia seja centrado nas questões de relevância autárquica, neste caso, municipal. -----

Deixa-me dizer-lhe que é no mínimo abusivo da sua parte interpretar o sentido do legislador. -----

Como é advogado não me admira que o faça mas como autarca parece-me estranho que entre por esse caminho, até porque a relevância de qualquer tema não é atribuída por decreto. -----

Mais a seguir menciona "ECONOMIA DE MEIOS" -----

É verdade que estamos num período difícil de contenção e rigor orçamental, que devemos todos seguir, mas espanta-me e faz-me confusão que seja um membro da assembleia municipal a tentar controlar e a "moralizar" o órgão a que pertence, mais a mais quando isso foi feito por todos os partidos incluindo o seu.

Deixe-me dizer que a sua preocupação a haver, devia em primeiro lugar de ser centrada no órgão que o senhor fiscaliza, a câmara. -----

Ou seja o senhor para a câmara ainda não pediu rigor e contenção, nem fez qualquer crítica a decisões que eventualmente tenham sido tomadas no passado. -----

Mas para o órgão a que pertence, faz. -----

Mais, está a passar um atestado de incompetência aos partidos, à mesa, aos líderes de bancada e ao trabalho da comissão para a elaboração do regimento que acordaram neste mandato uma manifesta redução dos custos de funcionamento, que parece desconhecer. -----

O que é estranho porque aprovou o regimento há bem pouco tempo. -----

Para terminar o senhor diz "HÁ QUE MUDAR" -----

" Não somos obrigados a cometer os erros dos anteriores mandatos " -----

Vamos lá ver senhor Edgar Valles: -----

1º Mandato 2001-2005 – Dr.ª Susana Amador; -----

2º Mandato 2005-2009 – Dr. Rui Cunha; -----

3º Mandato 2009-2013 – Dr. Sérgio Paiva. -----

Todas estas pessoas que muito prezo, têm um denominador comum: "São do PS". -----

Está o senhor a querer dizer que estes presidentes da assembleia municipal de Odivelas e os partidos que fizeram parte destas assembleias, cometeram erros? -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signatures]

Que erros? -----

Permitiram que os deputados municipais falassem muito? -----

Houve democracia em excesso? -----

Provavelmente estavam todos errados e o senhor vem agora corrigir esses erros. É isso que pretende dizer? -----

Todos temos o nosso papel nesta assembleia e todos devemos trazer ideias que conduzam ao bom funcionamento deste órgão apesar das nossas diferenças e elas existem. -----

Não sei se sabe, mas esta forma de funcionamento foi, e muito bem, implementada pela Dr.^a Susana Amador no seu primeiro mandato, e tem sido seguida até hoje, com alguns ajustamentos como é normal, o que tem permitido que Odivelas seja um exemplo em termos de funcionamento da sua assembleia municipal na Área Metropolitana de Lisboa. -----

Neste mandato chegamos a acordo no sentido de uma maior eficiência e redução de custo e a prova é que a esmagadora maioria dos artigos do regimento foi aprovada por unanimidade. -----

Deixe-me dizer-lhe que é despropositada a sua reflexão e choca ainda mais num ano que estamos a comemorar os 40 anos de Abril. -----

João Curvêlo, pela bancada do BE, apresentou dois requerimentos que seguidamente se transcreve; -----

"Apresentar dois requerimentos ao Presidente em Exercício através da Mesa: o 1º que tem a ver com esta moção apresentada pelo Partido Socialista, para saber quais é que são exatamente os estabelecimentos do ensino público inventariados pela Câmara como tendo estruturas de fibrocimento e o segundo para saber com base em que é que estes estabelecimentos do ensino públicos estão inventariados: é por terem estruturas? Se foi feita a medição nomeadamente do Instituto Ricardo Jorge?" -----

Edgar Valles, pela bancada do PS, -----

Luís Salmonete, pela bancada do PSD, proferiu uma intervenção; que seguidamente se transcreve -----

Criminalização da Mutilação Genital Feminina -----

Foi apresentado no dia 26 de fevereiro, o Projeto de Lei do PSD que autonomiza a criminalização da mutilação genital feminina. -----

Todos os anos milhões de crianças, raparigas e mulheres são vítimas de mutilação genital feminina, estimando-se que hoje mais de 125 milhões de mulheres e raparigas vivam com as sequelas de uma mutilação genital. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signatures and initials]

São vítimas de procedimentos que envolvem a remoção parcial ou total dos órgãos genitais femininos externos ou que provocam lesões nos genitais femininos por razões não médicas. -----

Esta definição da OMS, UNICEF e UNFPA remete-nos para um conjunto de intervenções que violam os direitos humanos das crianças, raparigas e mulheres, que são espelho de uma desigualdade profunda e constituem uma forma extrema de discriminação contra as mulheres. -----

Um conjunto de práticas que violam o direito individual à saúde, segurança e integridade física, o direito a viver livre de tortura, e de tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes e que não raras vezes resultam na violação suprema de todos os direitos: a morte. -----

A mutilação genital feminina não tem justificação cultural: a cultura termina quando começa o sofrimento e a dor. -----

Não tem justificação religiosa: são várias as identidades religiosas de quem a pratica e não vem referido em qualquer um dos livros sagrados. -----

Não tem qualquer justificação médica: pelo contrário, são várias as complicações médicas e para a saúde sexual e reprodutiva que resultam destas práticas, desde hemorragias, infeções, infertilidade, partos dolorosos, dor, dor e mais dor. -----

Portugal, em plena sintonia com as boas práticas internacionais, o Plano Nacional Contra a MGF, agora na sua III geração, é vigoroso na sua condenação, alertando para a necessidade de prevenir, integrar, formar, conhecer e cooperar. -----

A criação de um espaço dedicado à sinalização dos casos de MGF ou riscos de MGF no Portal de Dados de Saúde denota o esforço em curso de desocultação desta realidade. -----

Esforço para o qual contribuirá o estudo recém-lançado sobre a prevalência da MGF em Portugal e cujos primeiros resultados se esperam para o final deste ano. -----

Em Portugal o crime de MGF tem sido enquadrado no artigo 144 do Código Penal, como uma "ofensa à integridade física grave", mas tem-se provado insuficiente, não tem produzido os resultados desejados. ----

É tempo de o direito penal avançar, acompanhando os debates internacionais sobre o tema, criminalizando autonomamente a MGF". -----

Dos três casos de MGF que deram entrada nos tribunais portugueses até hoje, nenhum deles foi considerado ofensa à integridade física grave. -----

É este o estado em Portugal. -----

É perante este cenário, que o PSD propôs um aditamento ao artigo 144.º do Código Penal fazendo com que quem pratique ou constranja uma mulher a submeter-se à excisão, infibulação ou qualquer outra mutilação total ou parcial deve ser punido com pena de 3 a 12 anos. -----

Pretende-se, assim, que nenhum crime de MGF fique por conhecer, e possa ser efetivamente julgado e punido. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signatures and initials]

Temos a obrigação de enviar uma mensagem muito clara às vítimas avançando na sua proteção. -----

Temos a obrigação de enviar uma mensagem aos perpetradores: não toleraremos mais esta prática hedionda que corta fundo nos nossos valores, que corta a dignidade e os direitos humanos destas crianças, raparigas e mulheres. -----

Nada menos do que uma condenação total é o que esperam de nós. Em nome da dignidade, dos direitos humanos e da plena liberdade destas crianças, raparigas e mulheres.” -----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU** proferiu uma intervenção; que seguidamente se transcreve; -----

“Sr. Presidente o meu primeiro ponto de ordem é sobre este novo aparelho, mudaram de aparelho e não sei se é dentro do mesmo espírito, mas acho que se tem que arranjar aqui qualquer coisa, porque é demasiado alto e desconfortável. -----

O segundo ponto de ordem é em relação ao nosso regimento: verifico que temos já uma publicação devidamente encadernada, do ponto de vista estético está bonito, mas a minha pergunta é: se já está em vigor? Se efetivamente já foi publicado e se é “sobre” este que estamos a trabalhar? Porque se a resposta for afirmativa, então sugiro que faça constar no texto quando é que foi aprovado e publicado. Porque quem pegar no regimento, que não seja membro deste órgão não sabe se é um texto, se é um projeto, se é uma proposta e se está em vigor. Convinha ficar em que assembleia municipal foi aprovado e em que boletim foi publicado.” -----

José Falcão, pela bancada do **BE** proferiu uma intervenção; que seguidamente se transcreve; -----

“Salientar, que me escapou o texto do Edgar Valles,. Tenho estava a olhar “bem “ para a net mas não sei...deve-me ter passado. -----

Mas pelo que já ouvi aqui, hoje vou estar de acordo com o Luís Salmonete, até nas declarações do 25 de abril. Ninguém tem nenhuma autoridade para falar do 25 de abril, por que passou. Passaram 40 anos.. Vemos muita gente que andou a lutar pelo 25 de abril e que hoje, custa a perceber como é que conseguiram estar nessa altura a lutar pelo 25 de abril e rapidamente se esquecerem daquilo que andaram a fazer. Portanto é bom não salientar essa história do que fizemos, porque essa história só continua a ter validade se continuarmos a defender esses ideais hoje, e isso é que é importante HOJE! Portanto “a autoridade” de factos do passado servem pouco! Apenas para comemorar? -----

O que está em causa e o que é importante é o direito que as pessoas desta Assembleia têm de escrever o que lhes apetecer. -----

De facto é grave usar a luta pelo 25 de abril para justificar um ataque ao direito das pessoas que estão aqui nesta sala e isto não posso deixar passar em claro.”-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Miguel Galante, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

“II Semana Municipal de Protecção Civil” -----

A Câmara Municipal de Odivelas organizou, através do seu Serviço Municipal de Protecção Civil, a II Semana Municipal da Protecção Civil de Odivelas, que decorreu entre 27 de fevereiro e 1 de março de 2014, no Strada & Fashion Outlet. -----

Várias foram as iniciativas desenvolvidas pelo SMPC neste âmbito, com várias ações de formação dirigidas aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico do concelho, que tinham a vertente prática a cargo do ACP Kids, sendo a componente teórica desenvolvida através da realização de uma exposição e de uma palestra sobre o tema deste ano “A Prevenção Rodoviária”. Esta atividade envolveu um total de 492 crianças na formação para a prevenção rodoviária, tendo-se realizado no dia 28 o workshop “Bicicleta, no trânsito, com segurança!” e a ação de sensibilização “100% Cool”, destinada a um público mais jovem. -----

No Dia Internacional da Protecção Civil, dia 1 de Março organizámos 5 palestras/workshops com as seguintes temáticas: “Motociclos em segurança individual ou em grupo” em parceria com o clube motard de Odivelas Doninhas do Asfalto, “Como prevenir o crime e promover a segurança pessoal em espaço público em parceria com a APAV, “Panorâmica da sinistralidade rodoviária em Portugal” em parceria com a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, Associação de Cidadãos Automobilizados em espaço público e a “Abordagem perante um acidente” em parceria com o Hospital Beatriz Ângelo. -----

O dia foi marcado pelo primeiro simulacro de acidente rodoviário que decorreu perto da rotunda Miguel Torga e consistiu numa colisão entre um veículo ligeiro de passageiros com um veículo pesado de transporte de crianças, criando assim um cenário de acidente multi-vítimas. Este simulacro tinha 4 objetivos gerais, testar o Plano Municipal de Emergência, mobilizar os meios necessários para socorro das vítimas, criar um perímetro de segurança e montar um centro de triagem com a tenda de campanha. Todos os objetivos foram atingidos no tempo previsto e o Plano Municipal de Emergência respondeu com eficácia. ---

Neste Dia Internacional da Protecção Civil ocorreu ainda a assinatura de um protocolo entre a Câmara Municipal de Odivelas e a Equipa Comunitária de Resposta à Emergência no âmbito da protecção civil, que irá reforçar a capacidade operacional de resposta a ocorrências no nosso concelho. -----

Importa saudar a iniciativa promovida pela Câmara Municipal de Odivelas, através do Pelouro de Protecção Civil, todos os agentes envolvidos, com destaque para as corporações de bombeiros do concelho, e em especial os técnicos do Serviço Municipal de Protecção Civil. Este é o papel que as populações esperam da Protecção Civil: Sensibilizar e informar a população e antecipar as situações de risco por forma a proporcionar respostas profissionais, competentes e em segurança. -----

Disse.” -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signatures and initials]

Maria João Loya, pela bancada da **CDU** proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"No passado dia 28 de fevereiro subiu ao plenário da Assembleia da República a discussão da acessibilidade e dos transportes para o Hospital Beatriz Ângelo, como o corolário da recolha de assinaturas, através de Petição, dinamizada pela Comissão de Utentes dos Transportes de Odivelas. -----

Todos os partidos com assento parlamentar e na oposição apresentaram projetos de resolução. -----

O que vamos passar a ler é uma sumula das propostas de resolução apresentadas pelas bancadas do Partido Comunista Português e do Partido Ecologista "Os Verdes". -----

O Hospital Beatriz Ângelo foi inaugurado em janeiro de 2012 e integrado no Serviço Nacional de Saúde (SNS). A construção desta unidade de saúde representa uma longa e importante reivindicação das populações do concelho de Loures, Odivelas, Mafra e Sobral de Monte Agraço no acesso aos cuidados de saúde fundamentais. -----

Importa referir que, apesar do PCP nunca ter acompanhado a opção pelo modelo de gestão através de uma Parceria Público-Privada, esta unidade de saúde é atualmente a resposta existente e deve responder às necessidades dos utentes. -----

Esta unidade de saúde serve atualmente uma população de cerca de 278.000 habitantes residentes nos concelhos de Loures, Mafra; Odivelas e Sobral de Monte Agraço -----

Desde a abertura do hospital, portanto há dois anos, têm sido referidos problemas relativamente à acessibilidade através de transportes públicos e, conseqüentemente, tem sido insistentemente reivindicada uma adequação da rede de transporte público, de forma a garantir o acesso da população dos vários concelhos ao estabelecimento de saúde. -----

No entanto a verdade é que a resposta hoje existente para o acesso a esta unidade hospitalar mantém-se precária, onerosa, com horários desajustados e em muitos casos desadequada das necessidades dos utentes. -----

Importa referir que este projeto hospitalar não contemplou de raiz o acesso rodoviário ao interior desta infraestrutura, com impactos inaceitáveis em todos os utentes e de forma particularmente grave para os utentes com mobilidade reduzida e idosos e crianças, que são obrigados a percorrer uma distância de cerca de 500 metros em relevo acidentado, situação agravada por condições climáticas adversas. -----

Importa também referir que a maior procura dos serviços desta unidade de saúde é durante os dias úteis em horário geral, para acesso a consultas externas. Logo, é inaceitável que nestes dias exista apenas uma carreira minibus (301) que assegura o acesso ao interior da unidade hospitalar. Contudo, esta carreira que parte da Gare do Oriente cobre apenas parcialmente a área territorial de Loures e não assegura alternativa para as populações de Odivelas e Mafra. Para além disto, estes transportes têm um custo elevado tendo em conta as condições de vida das populações. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Na maioria dos casos, os utentes de Odivelas têm que apanhar dois transportes para chegar à unidade de saúde ou, em alternativa, fazer parte do percurso a pé. -----

Ora, os valores dos títulos de transporte – bilhetes – são incomportáveis para muitos utentes, podendo variar entre 4,40 €, 6,40 € ou até mesmo 8,80€, conforme o percurso, uma vez que pode ser necessário mudar de transporte, quando não é direto. -----

*Para a resolução destes problemas o PCP e o PEV propunham que a AR recomendasse ao Governo que:
A Assembleia da República recomenda ao Governo que: -----*

1 - Assegure a existência de uma rede de transporte público, com horários adequados e resposta articulada, a todos os utentes do Hospital Beatriz Ângelo; -----

2 - Assegure a afetação de carreiras minibus de acesso ao interior do Hospital Beatriz Ângelo; -----

3 - Assegure a redefinição da Coroa do Passe L1, contemplando o acesso direto ao Hospital Beatriz Ângelo, sem custos acrescidos; -----

4 - Assegure a implementação do bilhete único, com um preço socialmente justo para as carreiras de acesso ao Hospital Beatriz Ângelo; -----

5 – Diligencie junto das entidades competentes no sentido da colocação de bancos e abrigos nas paragens das carreiras junto ao Hospital. -----

Pois meus senhores, como disse, a discussão foi no passado dia 28 de fevereiro e a votação foi na passada 6ª feira 7 de março – resultado – Estes projetos de Resolução foram chumbados pela maioria PSD/CDS, e o mesmo destino tiveram os do PS e BE. -----

À população do concelho de Odivelas, à Comissão de Utesntes dos Transportes que dinamizou a recolha de assinaturas, a CDU só tem a dizer que continuará a apoiar esta luta até que os objetivos sejam alcançados.” -----

João Curvêlo, pela bancada do BE, apresentou 1 requerimento que seguidamente se transcreve:-----

“Acrescentar um terceiro requerimento que tem a ver com esta primeira fase do terceiro paragrafo da Moção do PS que diz: “Sempre que uma escola é intervencionada, a Câmara de Odivelas tem removido as coberturas de fibrocimento...”, para perguntar ao Presidente em Exercício se confirma que isto é verdade.” - -----

Joaquim Campos, pela bancada da CDU, procedeu à leitura da Moção (Doc. nº 5) sobre “Infraestruturas, Privatizações, Parcerias Público-Privadas e os Transportes Públicos, acima transcrita; -----

José Maria Pignateli, pela bancada do CDS, apresentou dois requerimentos sobre sob o título “Pavilhão Parque Urbano do Silvado” e um outro intitulado “Situação financeira da Municpália, EM”, proferiu ainda



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signatures and initials]

uma declaração política que seguidamente se transcreve: -----

"Cumprimento todos os presentes: A si, Sr. Presidente da Mesa desta Assembleia Municipal, aos restantes Membros da Mesa, às Senhoras e Senhores Deputados, aos Membros do Executivo da Câmara Municipal, aos cidadãos e aos Órgãos da Comunicação Social que nos dão a honra da sua presença. -----

Foi deste modo que também me dirigi a esta Assembleia, no passado dia 23 de Dezembro. Mas a democracia tem as suas vicissitudes: Neste Órgão Autárquico, só me posso fazer ouvir por 3 escassos minutos, no período antes da ordem do dia, e para cada ponto colocado a debate para ser deliberado. Portanto - para memória futura -, deixo-vos a minha decisão em não repetir esta fórmula protocolar: Não posso perder mais de meio minuto, tão precioso para as minhas intervenções. -----

Passarei a dar-vos, tão só, o bom dia, boa tarde ou boa noite, de acordo com a hora que aqui estivermos reunidos. -----

Agora, que me sento neste Órgão em definitivo como Eleito, desejo a todos um ano de 2014 repleto de acontecimentos positivos e um Mandato produtivo. -----

Eu alimento a esperança de Vos encontrar por aí, numa rua ou bairro do nosso concelho a apreender a inquietude dos nossos munícipes, sobre o futuro das nossas vidas, nesta era contemporânea onde se impõem os mais gananciosos e os profetas da salvação. Viveremos mais um Novo Ano em que se repetem dificuldades tremendas para a maioria dos portugueses. -----

Necessitamos de ser mais solidários, de triunfar nos nossos projectos individuais, mas também nos colectivos para nos afirmarmos enquanto povo de uma só Nação que pretende ser mais universal e credível. -----

Temos o direito à diferença uns dos outros, mas importa convergir com cedências, sem humilhações, sem angústias e evitando o maior empobrecimento das famílias portuguesas e principalmente do nosso concelho, onde mais de 34% são idosos e destes, mais de 60% vivem monoparentalmente, esquecidos e à sua sorte. -----

Continua a ser emergente pensarmos o País, os Concelhos, as Cidades, as Vilas e Aldeias, com o compromisso de todos, independentemente das dificuldades que nos são impostas pela burocracia, sempre útil às administrações centrais, regionais e autárquicas, para que possamos justificar a morosidade de processos como o Plano Director Municipal (PDM), documento fundamental e estratégico para Odivelas que, há 11 anos, se encontra a ser preparado e foi uma das maiores promessas eleitorais do Partido Socialista, em 2009. Estamos em 2013 e teremos de aproveitar o pouco tempo que dispomos para que não se perca o trabalho já realizado, em virtude das alterações às regras, já anunciadas. -----

Precisamos de despertar para a realidade de Odivelas: -----

Que não tem um Centro de Saúde na sua cidade; que na Pontinha recebe os seus doentes em condições demasiado precárias; que em Famões se encontra num local inapropriado; -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signatures and initials]

Que não possui uma Divisão de Polícia e uma esquadra decente na sua cidade que, em instalações inadequadas, acumula o exercício da Divisão Criminal da PSP e de Inquéritos, ao serviço para as populações de Odivelas e Loures; -----

Que não possui uma delegação do IEFP, Instituto de Emprego e Formação Profissional; -----

Que não participa na gestão dos Serviços Municipalizados de Loures, para poder promover a melhoria na rede de abastecimento de água e da recolha de resíduos sólidos, obrigação de qualquer autarquia que se preze e sinónimo de preocupação com a prestação de serviços essenciais à comunidade. Em vez de apelar ao conflito e de decidir pela concessão destes serviços, unicamente para satisfazer as expectativas de alguns autarcas e de interesses de interesses privados... Mau presságio, como aliás foi recentemente demonstrado pelos resultados dos exercícios de várias concessionárias a operar no País e amplamente publicitados pela Comunicação Social; -----

Que não tem uma gestão competente para renegociar compromissos com a Odivelas Viva, ainda superiores aos 74,3 milhões de euros, a avaliar pela resposta da Sra. Presidente da Câmara que recebi na passada segunda-feira; -----

Que não tem uma gestão capaz de integrar os serviços e os profissionais da Municpália, uma empresa municipal cada vez mais deficitária; -----

Que não tem o engenho e arte para divulgar os seus eventos fora do Concelho porque a Câmara não percebe os benefícios da divulgação dos seus projectos fora das suas fronteiras, sobretudo se imaginasse acontecimentos que congregassem as micro empresas do comércio, o maior sector de actividade; -----

Que tem um enorme défice na requalificação urbana e do património edificado; -----

*Que os autarcas com responsabilidades executivas têm um desempenho narcotizado: Não conseguem uma estratégia de diálogo com a administração central. Não o têm agora, nem nunca o tiveram durante o governo anterior do Partido Socialista, sobretudo nas áreas da saúde e da administração interna, em que os maiores projectos são ainda meras intenções, **circunscritas** em Actas das reuniões da Câmara, e não passaram de promessas eleitorais. -----*

É contra esta apatia e demérito que farei o meu combate político. -----

Estas, são causas que defenderei ao lado dos munícipes de Odivelas, porque foi para isso que fui eleito, para defender a coisa pública. -----

Não fui eleito para defender nenhum governo ou decisões da Assembleia da República e não tenho expectativas em subir na hierarquia de nenhum partido, como muitos dos que aqui se encontram. -----

A todos, desejo que não percam a esperança em 2014! -----

Disse." -----

Pelas 21h05, os trabalhos foram interrompidos. -----

Pelas 21h40 os trabalhos foram retomados. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Retomada a discussão usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

Eduarda Barros, pela bancada do **PS**, -----

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foi dada a palavra ao **Senhor Vice-Presidente da Câmara** para prestar os devidos esclarecimentos. -----

Luis Salmonete, pela bancada do **PSD**; -----

Presidente da União de Freguesias de Ramada/Caneças, Ilídio Ferreira, pela bancada da **CDU**, -----

Carlos Lopes, pela bancada do **PS**, -----

João Curvêlo, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

*"Dentro deste espirito anunciado neste momento na intervenção anterior do PS vínhamos solicitar a retirada do terceiro parágrafo na Moção sobre **"Estruturas de Fibrocimento, nas Escolas do Concelho de Odivelas"**: "Sempre que uma escola é intervencionada, a Câmara de Odivelas tem removido as coberturas de fibrocimento...", por uma razão muito simples isto não é verdade. A escola construída em 1984 que aparece na listagem que foi apresentada pelo Sr. Presidente da Junta Ilídio Ferreira, teve uma intervenção há um ano e um mês e onde não foi retirada essa estrutura de fibrocimento. Para permitir a aprovação da Moção, por unanimidade ou pelo menos com o voto favorável do BE, propúnhamos a retirada desse parágrafo."* -----

Eduarda Barros, pela bancada do **PS**; -----

Moção Nº 1, sobre **"Pela denúncia do acordo de cooperação da Epal com a Mekoro"**, foi colocada à votação tendo sido rejeitada por maioria, com os votos a favor d o **BE** e **CDU**, contra do **PS** e **PSD** e **CDS** -----

Pelo Membro da Assembleia Municipal, **José Falcão**, da bancada do **BE**, foi apresentada uma declaração de voto que seguidamente se transcreve: -----

José Falcão -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signatures]

"Parece-me claríssimo que o que está aqui dito é: que vai haver uma nova negociação até Julho, cinco anos depois do contrato que foi já denunciado. Muitos países têm andado a negociá-lo, está aqui escrito e explicado. Portanto é por isso que nós votámos e apresentámos esta Moção e entendemos que é importante que as pessoas se pronunciem sobre isto, até porque, a EPAL trabalha com os Serviços Municipalizados, como é evidente, até porque nós usamos esta água e portanto nós indiretamente também estamos a ser cúmplices dos assassinatos que são cometidos aos direitos humanos e dos crimes que são cometidos em relação aos direitos humanos na Palestina. É por isso que este Concelho se deve pronunciar sobre isso, deve dizer que a EPAL não deve renovar o contrato com a Mekorot." -----

A Moção Nº 2, sobre "Estruturas de Fibrocimento, nas Escolas do Concelho de Odivelas, foi colocada à votação tendo sido Aprovada por Maioria, com os votos a favor do PS, PSD, CDU e CDS com a abstenção do BE-----

Pelos Membros da Assembleia Municipal, **João Curvêlo**, da bancada do **BE** e **Fernando Painho**, em nome individual, da bancada da **CDU** e **António Monteiro**, pela bancada da **CDU** foram apresentadas declarações de voto que seguidamente se transcrevem: -----

João Curvêlo -----

"Dizer que nós nos abastemos, não por não concordarmos obviamente com a retirada do amianto nas escolas, mas abstermo-nos porque lamentamos que o PS não tenha feito o esforço de convergência para que o documento fosse aprovado por unanimidade "-----

Fernando Painho -----

"Pedi para fazer esta declaração de voto em termos individuais, pelo seguinte: ser-me-ia pesado não votar favoravelmente uma Moção que tratava de um tema tão sensível para a Saúde Pública, como é o tema do amianto, contudo com o parágrafo tal e qual como estava escrito pelo Partido Socialista eu não votaria esta Moção e portanto congratulo-me com a retirada desse parágrafo. "-----

De facto esta questão, é uma questão séria, que nos deve preocupar, mas sobre a qual não devemos fazer qualquer aproveitamento político. "-----

Como Técnico, devo-vos dizer que de facto só muito tarde se conheceram os problemas ligados ao fibrocimento e falo do fibrocimento e não do amianto puro, esse de facto foi muito tarde e só praticamente no século XXI é que se começou a pôr de parte a utilização deste tipo de material. E o que se fez, era condenar Técnicos pela utilização de materiais que de facto não conhecíamos os efeitos prejudiciais que tinham. "-----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signatures]

Reafirmar que grande parte dos projetos das escolas, não eram projetos camarários nem feitos em ateliers particulares, eram feitos nas direções gerais de construções escolares e que portanto sendo assim seria de toda a injustiça lançar culpas sobre os agentes políticos, até porque não tenho qualquer dúvida que independentemente das forças políticas que estiveram à frente dos municípios iriam utilizar aqueles materiais, não só porque era uma determinação da direção geral das construções escolares, mas sobretudo porque eram desconhecidos os seus efeitos nocivos -----

Talvez fosse bom refletirmos sobre que materiais no futuro vamos utilizar. Agora usamos de facto um conjunto enorme de materiais, sobre as consequências dos quais ainda não temos o devido conhecimento científico. -----

Esperemos que cá estejamos e consigamos atuar a tempo, mas era de facto importante fazer esta ressalva que não teria votado contra a minha vontade, porque este é um assunto que deve merecer rapidamente um plano de atuação e que deve ser claro para a população de Odivelas o que é que a Câmara pensa fazer e em que prazos. É esse o desafio que lanço à Câmara Municipal, é que seja muito clara no faseamento dos trabalhos que se propõe fazer em relação a esta questão do amianto não só nas escolas como em outros edifícios. -----

António Monteiro, -----

"A Bancada da CDU votou favoravelmente a moção do PS sobre o amianto nas escolas do Concelho, mas queremos, aqui hoje, uma vez mais, reafirmar que o amianto não existe em apenas "algumas" escolas do Concelho. O amianto está presente em 23 escolas do Concelho: 14 do 1º Ciclo e Jardins de Infância, 6 do 2.º e 3.º Ciclo e 3 do Ensino Secundário. -----

Queremos igualmente sublinhar, uma vez mais, que as implicações da exposição a espículas ou fibras de amianto ou de fibrocimento na saúde humana não são uma teoria, são um facto comprovado, estudado e documentado. -----

Se é grave que existam Governos que nesta matéria não cumpram a lei, não será, de igual modo, menos grave que existam Municípios que não assumam, na íntegra, as suas responsabilidades. -----

Esperamos pois que o PS passe a ser consequente com aquilo que vem afirmando sobre este assunto! Que passe finalmente das palavras e intenções à acção! -----

Por fim, referir que exigimos ainda que o PS cumpra a proposta de recomendação apresentada pela CDU e aprovada por maioria na 1ª Sessão Extraordinária do passado dia 24 de fevereiro de 2014." -----

A Moção nº 3 "Sobre o dia Internacional da Mulher" foi colocada à votação tendo sido Aprovada por Unanimidade. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

A Proposta de Recomendação (doc. nº 4) sobre “Acessibilidade Pedonal no Concelho de Odivelas” foi colocada à votação tendo sido rejeitada por maioria, com os votos a favor do, BE e CDU, e com os votos contra do PS, e abstenção do PSD e CDS.-----

Pelos Membros da Assembleia Municipal, **Pedro Roberto**, da bancada do PSD, **Lúcia Lemos**, pela bancada da CDU e **Carlos Lopes** pela bancada do PS, foram apresentadas declarações de voto que seguidamente se transcrevem: -----

Pedro Roberto -----

“Começar por dizer que o PSD se revê na globalidade desta intenção da CDU, aliás creio que estamos todos de acordo e não poderia ser de outra maneira. -----

Venho aqui referir contudo dois pontos que ao fim ao cabo demonstram o porquê da nossa abstenção: primeiro e de acordo com o mencionado do Partido Socialista, este prazo de 120 dias que nos parece manifestamente curto para a intervenção e para o projeto que se pretende implementar. Portanto não podemos concordar com essa nuance. -----

Em segundo, referir-mo-nos a este Plano Municipal Pedonal, não que não estejamos de acordo mas devo relembrar que uma autarquia de que é exemplo nesta matéria, que é a Câmara Municipal de Lisboa e que dispõe atualmente de um “bravo” Plano Municipal Pedonal e para quem não sabe é um Plano que contempla quatro volumes, cada um com quatrocentas páginas, não o li na totalidade, mas é um Plano muito bem feito, orçamentado, muito técnico, estruturado e o que é facto é que aquilo não passa, nem sai do papel e portanto aquilo que se protagoniza fazer, não se faz e nesse sentido parece-nos que no Plano Municipal Pedonal não está na atual conjuntura, sobretudo financeira a solução deste problema. -----

Por último e aproveitando esta proposta de recomendação da CDU, deixar uma sugestão ao executivo municipal: que com este decreto, que aproveite este decreto como uma oportunidade de tornar Odivelas mais acessível.”-----

Lúcia Lemos -----

“A bancada da CDU obviamente apresentou a Proposta de Recomendação e votou favoravelmente, como não poderia deixar de ser. Com a convicção de dois aspetos, que parece que passaram à margem desta discussão: primeiro, que é inadmissível que esta Câmara ainda não tenha um plano de acessibilidades devidamente feito, é perfeitamente inadmissível e não sabemos se é mais alguma coisa que venham no baú da velha herança e se também querem responsabilizar, o D. Afonso Henriques, talvez a Implementação da República, depois o Golpe Militar de 1926 e a seguir a CDU em Loures por não haver um Plano de Acessibilidades. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]

Segundo, porquê recomendação? E parece que os Senhores membros da Assembleia não terão lido convenientemente, não é para que no prazo de 120 dias se faça o Plano, é para que se apresentem os Projetos. E será que uma Câmara com um conjunto de Técnicos, tão jovens e com tantos Técnicos habilitados, como por exemplo o Sr Deputado Carlos Lopes, não tem tempo em 120 dias para poder apresentar os Projetos, não é um Plano é a metodologia de trabalho.” -----

Carlos Lopes, pela bancada do **PS**, fez uma intervenção da honra que seguidamente se transcreve: -----

“A Senhora Deputada Lúcia Lemos está igual a si mesma à dois mandatos, só consegue fazer isto que acaba por dizer. Demonstra mais uma vez falta de conhecimento Técnico para que em 120 dias se faça um projeto deste tipo. -----

*Fala de matérias que prova que não sabe o que diz, fala de matérias que não sabe como são feitas. -----
Sr.ª Deputada já não estou na Câmara estou neste momento na RTP e não fui despedido.”* -----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**, proferiu um voto de protesto que seguidamente se transcreve: -----

“Um Protesto, porque o Sr. Deputado Carlos Lopes para vir informar publicamente que tinha sido despedido da Câmara do PS, não sei se o devolveram à procedência para o BE, para vir aqui utilizou uma figura regimental, que era a defesa da honra, para depois vir dizer que eu não percebo nada de “horta miúda”. O que vim aqui dizer foi a razão, porque a CDU votou favoravelmente “ -----

Carlos Lopes, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção em defesa da honra que seguidamente se transcreve: -----

*“A Deputada Lúcia Lemos às vezes “atira” as coisas para o ar sem saber o que é que está a dizer e o que é um facto é que não sabe o que é que está a dizer, porque eu não fui despedido da Câmara Municipal de Odivelas, a RTP está num processo de reestruturação e chamou todas as pessoas que estavam fora da RTP para voltar à Empresa Mãe e a Senhora Deputada disse que eu fui despedido. -----
Em que base é que diz que fui despedido?”* -----

A Moção sobre “Infraestruturas, Privatizações, Parcerias Público-Privadas e os Transportes Públicos” (Doc. nº 5) foi colocada à votação tendo sido aprovada por maioria, com os votos a favor do PS, BE e CDU, e com as abstenções das bancadas do PSD e CDS. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Pelos Membros da Assembleia Municipal, **Eduarda Barros** da bancada do **PS**, **Luis Salmonete**, pela bancada do **PSD**, foram apresentadas declarações de voto que seguidamente se transcrevem: -----

Eduarda Barros -----

"Não obstante este título que parece "uma coisa" da enciclopédia britânica e não obstante estes considerandos a bancada do PS votou a favor desta Moção, porque nos parece importante esta questão do Hospital Beatriz Ângelo. -----

A Câmara Municipal está "farta" e não se tem cansado de fazer reuniões, reclamações e propostas para resolver esta questão dos transportes para o Beatriz Ângelo, mas de facto esta questão dos transportes para o Beatriz Ângelo insere-se numa política mais vasta, que é: política deste governo que de facto resolveu empobrecer os Portugueses, que resolveu "bater" nos mais fracos, que resolveu "explorar" os mais pobres e que de facto resolveu fazer uma revanche sobre o 25 de abril, porque não se entende de outra maneira estas políticas publicas deste governo." -----

Luis Salmonete -----

"Nós abstinemo-nos e até com um sentido muito positivo e esta é daquelas Moções que vamos colocar aqui de parte e depois se eventualmente o Partido Socialista chegar ao governo nós vamos nos rir com isto." -----

-----PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

O **Senhor Presidente da Assembleia** informou todos os presentes que não se registaram inscrições do público. -----

Após este período, o **Senhor Presidente** deu início à discussão dos Pontos integrados na Ordem do Dia acima melhor discriminada. -----

PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

Presente para apreciação a "INFORMAÇÃO SOBRE A ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO", remetida pela Senhora Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, nos termos da alínea e) do nº1 do art.º 53 da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com alterações introduzidas pela Lei n.º 5 - A/2002, de 11 de Janeiro, que se dá como reproduzida na pasta da presente reunião. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signatures and initials]

No âmbito da discussão do ponto, usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

Isabel Coelho, pela bancada do PS; -----

Luís Salmonete, pela bancada do PSD; proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"Este ponto já foi apresentado no passado dia 27 de fevereiro e relativamente à situação financeira não temos nada a dizer dado que os dados em nosso poder são irrelevantes, pois reportam-se a menos de um mês de atividade. -----

Como é habitual vamos colocar algumas questões: -----

GABINETE DO OBSERVATÓRIO DA CIDADE (Páginas 21 e 22) 2014 Mayors Challenge – Bloomberg Philanthropies O "Mayors Challenge – Bloomberg Philanthropies" é um concurso de ideias destinado a cidades europeias com mais de 100.000 habitantes que implementem projetos inovadores com abordagens criativas que visem a implementação de grandes desafios urbanos, que solucionem problemas atuais devidamente diagnosticados e considerados prioritários para a cidade candidata. -----

Neste âmbito a Câmara Municipal de Odivelas, através do GOC, efetuou a pré-reserva a este concurso, sendo que a apresentação da candidatura oficial deverá ser feita até ao final do mês de janeiro de 2014.----

A primeira pergunta é se de facto já foi apresentada a candidatura e em que é que consistem as ações em concreto? -----

De seguida temos O projeto "Smart Ageing", projeto candidato pela Câmara Municipal de Odivelas visa a criação de gabinetes de geriatria para apoio sustentável e aporte técnico e logístico, efetivo e eficaz à população idosa do concelho de Odivelas. -----

A criação destes gabinetes de geriatria tem por base uma atitude de otimização de esforços, saberes e recursos com vista a galvanizar a qualidade de vida desta população. -----

Das competências inovadoras deste projeto decorrerá da criação de espaços de estimulação cognitiva com recurso a meios próprios, nomeadamente a implementação do Smart Skirt, o sistema de videovigilância domiciliária, da autoria do Sr. Professor Doutor Parra Marujo - Conselheiro do GOC, e a inclusão de gerontologistas na comunidade para dar apoio à população idosa. -----

A pergunta é a seguinte: Em que é que consiste o chamado Smart Skirt? -----

Páginas 34 e 35 -----

Processos instruídos ao abrigo de autorização genérica concedida pela AMO na 8ª Sessão Extraordinária de 2012. A primeira pergunta que nos ocorre é a data da aprovação destes contratos mais concretamente a data exata dos processos, que são constantes da informação, pela seguinte razão.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signatures and initials]

Se estes processos estão tacitamente aprovados pela autorização genérica dada na 8ª sessão extraordinária de 2012, conforme referido na informação devem referir-se a um período anterior à data de 18 de Outubro quando os novos órgãos tomaram posse. -----

Se foi uma data posterior ultrapassa certamente a validade da autorização genérica que foi dada em 2012, que, salvo melhor opinião deveria ter cessado com a tomada de posse dos novos órgãos. -----

Posso estar errado mas as deliberações genéricas dadas por determinado órgão deliberativo deveriam cessar quando essa órgão deixa de exercer funções. -----

Mas posso estar errado, e haver outra interpretação, no entanto na página 43 os contratos 35 a 38 têm data de 23 de dezembro de 2013 e daí a razão da minha pergunta. -----

Conforme solicitei anteriormente, os nomes estão de facto mencionados, tudo bem. -----

Outra questão tinha a ver com os valores mencionados nas páginas 35 e 43 que não batiam certo mas sobre esse assunto já fui esclarecido pelo senhor diretor geral com quem tive ocasião de falar na última assembleia. -----

Página 38 - Conclusão do processo de acreditação do laboratório de acústica da CMO.-----

Com vista a dar resposta ao Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, com as alterações pelo Declaração de Retificação n.º 18/2007, de 16 de março, e pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 1 de agosto, foi criado em abril de 2010, um grupo de trabalho no âmbito da então Divisão de Fiscalização Municipal (DFM) para a instalação do Laboratório de Acústica (LACMO) e sua acreditação pelo Instituto Português de Acreditação (IPAC) no Sistema Português da Qualidade.-----

O LACMO foi formalmente criado através do Aviso nº 20554, publicado no Diário da República – 2ª série – Nº 201 de 15 de outubro de 2010.-----

Depois de um trabalho complexo e moroso tanto no domínio da Qualidade como no domínio Técnico, que se traduziu na criação do respetivo sistema, elaboração de um Manual da Qualidade, novos e diversos procedimentos e instruções de trabalho, criação de folhas de cálculo, na realização de ensaios no domínio da comparação interlaboratorial e da validação do método e nas diversas e correspondentes auditorias internas – Auditorias da Qualidade e Auditorias Técnicas – foi o processo de acreditação instruído junto do IPAC no final do mês de junho de 2013, tendo a auditoria externa final sido realizada em setembro.-----

Em 31 de outubro e após período de análise, o IPAC concedeu a Acreditação no Sistema Português da Qualidade ao LACMO, com a emissão do Certificado de Acreditação nº L0667. -----

A presente Acreditação permitirá além do trabalho de fiscalização normal e efetuado no âmbito da sua missão pública, prestar trabalho a outras entidades ou privados, mediante protocolos ou aplicação da tabela de taxas, podendo angariar receita direta, além da decorrente indiretamente das participações de ruído lavradas. -----

É bom saber que Odivelas tem um Laboratório de Acústica que está acreditado pelas entidades competentes. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

De certo modo relacionado e repetindo o disse na última Assembleia Municipal é fundamental que o executivo avance com a atualização dos MER (mapas estratégicos de Ruído) e desenvolva o respetivo plano de ação. -----

Isto tem a ver com uma queixa que a QUERCUS fez à Comissão Europeia no passado dia 10 de fevereiro relativamente à falta de cumprimento com a legislação do ruído e na qual é mencionado o município de Odivelas, que teve ampliação nos noticiários da manhã da TSF no passado dia 11 de fevereiro. -----

Página 51: -----

Três perguntas sobre temas que estão mencionados nesta página: -----

A primeira tem a ver com o Parque de estacionamento na Rua Prof. Dr. Egas Moniz -----

· Elaboração de proposta de alteração ao regulamento de forma a melhorar a oferta do serviço aos Municípios e promovendo a procura e propostas de medidas para a minimizar as despesas de manutenção do Parque. -----

Em que é que consiste a alteração ao regulamento de forma a melhorar a oferta do serviço, promovendo a procura? -----

Prevê-se uma redução das tarifas? E de que forma é que se prevê minimizar as despesas de manutenção? -----

Segunda pergunta: -----

Infraestruturas de estacionamento automóvel na zona envolvente interface metro Odivelas -----

Diz a informação, -----

· Levantamento "in loco" da oferta de estacionamento, numa área envolvente à Estação do Metro de Odivelas, em articulação com a Fiscalização Municipal e atualização das peças gráficas, em articulação com o SIG; -----

· Levantamento e caracterização da rotatividade do estacionamento na zona em estudo, por forma a definir as zonas afetas aos diferentes regimes de estacionamento (residentes, media duração e curta duração).-----

A pergunta que se coloca é a seguinte: -----

Está o executivo de algum modo a prever que os espaços agora gratuitamente utilizados pelos utentes do Metro, venham a ser pagos? -----

Por último a seguinte pergunta: -----

Concurso público para concessão da gestão dos serviços públicos e distribuição de água e de drenagem de águas residuais do município de Odivelas -Acompanhamento do procedimento concursal no âmbito do júri do concurso. -----

As perguntas são: -----

Em que situação é que se encontra o concurso? -----

Qual é o resultado do concurso, se é que há resultado? -----

O que é que o senhor presidente em exercício tem a dizer sobre este assunto à assembleia municipal?."-----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signatures]

José Carlos Pires, pela bancada da CDU; proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"Sabendo-se que a Municpália EM, perante a Lei 50/2012 de 31 de Agosto, e os critérios nela fixados, no seu art.º nº62, a mesma encontra-se numa situação previsível de extinção. Com o objetivo de tentar evitar, tal situação, a Câmara Municipal de Odivelas, oficiou a empresa, no sentido de que a mesma apresentasse ao executivo Camarário, uma proposta de viabilização o que a mesma fez, assim: -----

1º A empresa Municpália EM, conclui e entregou, à Câmara Municipal de Odivelas, em finais de Novembro de 2013 um Plano de Reestruturação; -----

2º Em Dezembro de 2013, a Câmara Municipal apreciou e aprovou o Plano de Reestruturação apresentado pela Municpália; -----

3º Com a entrada, em vigor, do Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de Outubro, foi criada a Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, que tem como fim reforçar a tutela administrativa e controlar a legalidade das atividades das empresas locais, e propor se for caso disso a sua viabilização ou extinção; -----

Vimos colocar à Câmara Municipal, as seguintes questões: -----

- Passados que são mais de 90 dias sobre a apresentação do Plano de Reestruturação, em que situação se encontra o mesmo, em termos de execução interna, por parte da empresa?-----*
- Que encaminhamento externo, já teve por parte da Câmara, junto da Unidade Técnica, e qual o ponto da sua situação?-----*
- Em que ponto se encontra a devolução à Câmara, por parte da Municpália, do Pavilhão Multiusos? E, em concreto, neste caso, questiona-se ainda que estudos existem que possam demonstrar, viabilidade económica para concreto "as oportunidades de negócio" que a Municpália pretende continuar, ou vir a explorar? a saber:-----*
- a) Os Ginásios; - Estando já em funcionamento e exploração, qual a sua situação económica na nova situação?-----*
- b) Publicidade; - Como se pretende e em que circunstâncias se prevê obter receitas;-----*
- c) Férias Desportivas (meses de Julho e de Agosto);- Atividade da Câmara, ou oportunidade de negócio para a Municpália?-----*
- d) Escolinhas de Futsal; - Estando, também, já em funcionamento e exploração, qual a sua situação económica? Quanto a este aspeto cabe referir que estranhámos esta atividade, e questionamos se a Empresa Pública Municipal, deve exercer uma atividade desportiva, desta natureza, quando existem, no concelho, Clubes Desportivos, que desenvolvem esta atividade?-----*
- e) Aluguer da Nave Principal; - Que estudos e programação existem, qual o seu custo/ benefício, para a Municpália?-----*



Assembleia Municipal de Odivelas

- f) **Bares e Restaurantes;** - Sabemos já, que foram encerrados o bar das Piscinas e o bar da Biblioteca e que ali foram instaladas máquinas de bebidas e alimentos. Que ganhos estão a ser obtidos pela Município? Qual o seu reflexo junto dos utentes? E qual a situação das concessões previstas do restaurante do Multiusos e do bar da Malaposta?-----
- g) **Complexo das Piscinas Municipais;** - A redução de custos prevista nas áreas da limpeza, rouparia e nos fatores de produção energia elétrica, gaz e água, já está a ter reflexos? se sim quais?-----
- h) **Centro Cultural da Malaposta;** - Que estudos existem para uma redução de custos no valor de 5.000,00 € em reavaliação de iniciativas? Não haverá neste setor, outros fatores de redução de custos?-----
- i) **Situação dos trabalhadores;** - Sabendo que já foram fechados, bares (piscinas e biblioteca), que já foi extinto o tradicional serviço de rouparia (piscinas) e que foram adquiridos "cacifos", qual a situação dos trabalhadores afetos a estes serviços? Estão a ser tratados de acordo com a sua realidade contratual? Estão a ser respeitados os seus direitos, nas circunstâncias exigíveis?-----

Solicitamos a resposta urgente a estas questões, de preferência por escrito, bem como solicitamos que seja distribuído a todos os membros, desta assembleia, uma cópia do Plano de Reestruturação da Município.---
Por último, porque não sabemos se já existe Orçamento da Município aprovado para o corrente ano de 2014, nem, se as contas de 2013 já se encontram aprovadas, caso já existam, solicitamos, também, que seja fornecida uma cópia a todos os Deputados."-----

Lúcia Lemos, pela bancada da CDU, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"Gostaria de saber se estou a ler bem os dados, se compararmos a análise da receita dos anos 2012, 2013 e 2014 na globalidade, verificamos que está aqui uma verba de dezanove milhões, vinte e oito mil euros, novecentos e trinta e nove, para o ano de 2014. E que estará realizado até 31 de janeiro, 1%, que é duzentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e sete. É 1% de dezanove milhões, se é assim parece que não será esta a verba. E a confirmar-se este valor de dezanove milhões para o ano inteiro, onde é que a Câmara espera arrecadar tanta receita, porque de facto no ano de 2012 arrecadou quatro milhões e meio, dois milhões, nove em 2013. E agora tem aqui um saldo (estou a falar de transferências de capital, nomeadamente), um saldo de dezanove milhões para 2014. -----

Portanto, gostaria que camara nos explicasse em ano de contenção, e parece que o governo central anda a reduzir as transferências para os municípios, se facto a camara de Odivelas vai ter algum pacote financeiro especial. -----

Ainda em relação à receita, e agora na análise da execução orçamental provisória, janeiro de 2014, nós temos aqui uma informação logo em rodapé, relativamente ao mês atual, acumulado e ao mês homólogo



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

referindo-se portanto ao ano anterior. E temos também uma demonstração das disponibilidades em 31 de janeiro de 2014, que nos diz dois milhões, setecentos e um, quatrocentos e cinquenta e quatro, quinze cêntimos. -----

Curiosamente verificando o mês homólogo, é dois milhões setecentos e um, quatrocentos e cinquenta e quatro e quinze milhões. E no mês atual estão três milhões, trezentos e quarenta e um. Parece que não bate certo, onde é que está a discrepância, em 31 de janeiro de 2014, nas disponibilidades ou 31 de janeiro de 2013? Para que possa bater certo. -----

Por ultimo, verificamos também que na dívida administrativa, que inclusive a Srª Presidente da Câmara quando apresentou o ponto na ultima sessão, explicou até que à data em que falava os valores eram menores, não era quarenta milhões mas era trinta e qualquer coisa. Mas o que não nos explicou, e Srª presidente referenciou especificamente a dívida administrativa, onze milhões. O que não explicou à Assembleia é porque nesta demonstrou aparecem em dívida faturas registadas mas não validadas, ou seja, estão por validar, no valor acumulado de quatro milhões, quinhentos e noventa e três, setecentos e oitenta quatro, oitenta e oito. É a primeira vez que em contas nesta assembleia nós vimos um valor tão elevado de dívida de faturas que estão registadas mas que não estão validadas. -----

Há alguma razão para que camara deixe de validar as faturas que regista, acumulando até quatro milhões, cinco. Há alguma razão para isto? Nós queremos saber o porquê." -----

José Maria Pignateli, pela bancada do CDS, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

"A Senhora Presidente da Câmara já aqui tinha dado uma visão cor-de-rosa da situação financeira da Câmara Municipal, muito por força de uma gestão de excelência, concretizada numa diminuição substancial das dívidas à banca e a fornecedores. -----

Quem assistiu á última Assembleia Municipal ficou impressionado com os resultados alcançados, apesar da crise e dos cortes nas transferências da Administração Central do Estado para a autarquia. -----

Seguramente as Senhoras e Senhores Deputados e os munícipes que aqui estiveram, saíram então desta sala descansados. O futuro será menos mau apesar das vicissitudes e dos malandros deste governo que não descansam em afrontar a Câmara Municipal de Odivelas: -----

Não constroem o Centro de Saúde de Odivelas, prometido em 2005 e em 2006; -----

Não terminam as obras da Esquadra da Divisão de Trânsito de Loures, na Póvoa de Santo Adrião, assegurada por protocolo assinado com o Ministro socialista da Administração Interna, poucos dias antes das Eleições Legislativas de 2011. -----

Também serão forças estranhas ao Executivo desta Câmara Municipal as responsáveis pelos compromissos financeiros, verdadeiramente leoninos, assumidos pela Senhora Presidente e que continuam a ser escamoteados nas suas informações sobre a actividade e situação financeira do Município. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]

Refiro-me aos 74,3 milhões de euros que ainda faltam pagar do total de 78,3 milhões, por um negócio com a público-privada Odivelas Viva por causa da construção de uma escola, - dos Apréstimos - e de um pavilhão multiuso, duas obras que foram orçamentadas em 18,3 milhões de euros. -----

Os valores deste negócio, descritos numa resposta que a Sra. Presidente deu a um requerimento meu, demonstram uma clara inabilidade na gestão dos dinheiros públicos. Desta irresponsabilidade, resulta um negócio verdadeiramente ruinoso em qualquer empresa. Vejamos: -----

O valor contratado entre a MRG (a construtora e também acionista da empresa público-privada) e a Odivelas Viva para as duas construções foi de 18.368.245 euros; -----

Entre Janeiro de 2012 e Dezembro de 2013, a Câmara liquidou à PPP Odivelas Viva 4.019.443,86 euros;

Os montantes a pagar pelas rendas até ao termo do contrato são de 21,5 milhões (€21.524.564,98) e 41,4 milhões de euros (€41.409.953,11), respectivamente pela escola dos Apréstimos e pelo pavilhão Multiuso, ou seja um total superior a 62,9 milhões de euros (€62.934.518,09); -----

A este valor acresce a dívida à Caixa Geral de Depósitos pelo empréstimo de 22,4 milhões de euros (€22.420.390,36) a que acresce um spread de 3,25% mais a taxa de juros aplicada, a Euribor a 3 meses. Aqui a Câmara de Odivelas é responsável pelo pagamento de 49% da dívida, o equivalente à quota que detém naquela empresa público-privada. -----

Em virtude destas revelações que tenho como fidedignas, ou não fossem exaradas pela Sra. Presidente da Câmara, ficamos convictos da inaptidão para a gestão dos recursos públicos, bem como da falta de horizontes e do reconhecimento das maiores prioridades de um grupo alargado de políticos portugueses e neste caso de Eleitos no Concelho de Odivelas. -----

Lamentável! -----

Mas impõe-se despertar para outras realidades: -----

A falta de uma gestão capaz de integrar os profissionais da Municpália, uma empresa municipal cada vez mais deficitária; -----

A falta de engenho e arte em divulgar os eventos que se organizam fora das fronteiras do Concelho, porque a Câmara não percebe os benefícios dessa divulgação dos seus projectos , sobretudo se imaginasse acontecimentos que congregassem as micro empresas do comércio, o maior sector de actividade. -----

Também é certo que os autarcas com responsabilidades executivas têm um desempenho narcotizado: -----

Não conseguem uma estratégia de diálogo com a administração central. Não o tem agora, nem nunca o tiveram durante o governo anterior, do Partido Socialista, sobretudo nas áreas da saúde e administração interna em que os maiores projectos – o Centro de saúde de Odivelas e a Divisão de Polícia – são ainda meras intenções circunscritas a Actas das Reuniões da Câmara Municipal e não passaram de promessas eleitorais." -----

Luís Salmonete, pela bancada do PSD; proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

"Uma segunda solicitação que me esqueci de fazer na minha primeira intervenção e que tem a ver com o seguinte:-----

Tomei conhecimento através do despacho 29/2014 de que foi constituído um grupo de trabalho para acompanhamento do QREN 2014-2020.-----

Para lá de considerar que teria sido interessante este grupo integrar alguém da assembleia municipal, o que não aconteceu, gostaria que fosse regularmente dado conhecimento a esta assembleia do trabalho deste grupo e do desenvolvimento dos projetos."-----

António Ramos, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"Na última Assembleia a Sra., Presidente e na introdução ao ponto 1 da Ordem de trabalhos, deu conhecimento do que foi a receita e a despesa no decorrer do mês de Janeiro, que se comparados com igual mês do ano de 2013, registam variáveis bem positivas.-----

Analiseemos então os resultados financeiros do mês de Janeiro, que sendo de apenas 1 mês merecem uma análise.-----

A receita municipal regista aumentos consideráveis, tanto no total da receita, mais 52%, 1,6 milhões de euros, resultado dos aumentos em receitas correntes, mais 48%, 1,4 milhões de euros, como em receitas de capital, mais 132%, 161 mil euros.-----

Para que a receita atingisse no mês de Janeiro os 4,8 milhões de euros, são de destacar os acréscimos verificados na cobrança de Impostos Diretos, mais concretamente os casos do IMI e IMT, com variações positivas de mais 188% e 260%, mas também em Transferências Correntes e de Capital, com variações positivas de 26% e 132%.-----

Também a nível da despesa se verificam alguns aumentos, influenciados naturalmente pelo bom desempenho da receita. -----

O total da despesa situa-se nos 5,7 milhões de euros, ou seja 7% do total da despesa orçamentada para o ano de 2014, verificando-se assim uma variação positiva de 68%, ou seja mais 2,3 milhões de euros, se comparado com igual período do 2013. -----

Este acréscimo resulta dos aumentos verificados em Transferências Correntes, mais 107%, na ordem dos 300 mil euros, mas também em Aquisição de Bens de Capital e Juros e Outros Encargos. -----

Na estrutura da despesa, de realçar as Transferências de Capital, as Despesas com o Pessoal, as Aquisições de Bens e Serviços e Aquisição de Bens de Capital, com um peso significativo no total da despesa. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

De há muito temos aqui manifestado a nossa preocupação acerca da dívida do Município, que sendo ainda considerável já não é comparável com a existente nos incios dos mandatos da Sra., Presidente, resultado de um enorme esforço que tem sido feito no sentido da sua redução, o que tem sido conseguido.-----

Analisemos então a dívida ainda existente: -----

Em 31 de Janeiro, o total situa-se nos 36,1 milhões de euros, hoje sabemos que em 26/02 a dívida era já de apenas 34,1 milhões de euros. -----

Destes, 24,7 milhões de euros são dívida bancária de médio e longo prazo e 11,3 milhões de euros é dívida a fornecedores. -----

A dívida bancária regista uma diminuição de 16,6%, ou seja um decréscimo na ordem dos 5 milhões de euros. -----

A dívida a fornecedores, acrescida de faturas ainda por registar, mostra uma diminuição de 1,7 milhões de euros. -----

Estes valores indicam que no ano de 2013 e até 31 de Janeiro último, foi possível abater 11,7 milhões de euros à dívida do Município, 11,7 milhões de euros. -----

Sr., Presidente., Srs., Deputados, -----

A atual situação da CMO bem como a generalidade das autarquias reveste-se de algumas dificuldades, e, tal como Odivelas têm sofrido enormes cortes das verbas provenientes do OGE, pelo que será muito difícil manter os níveis de receita que foi possível atingir no passado mês de Janeiro, mas ninguém duvida que Odivelas vai continuar a cumprir com os seus compromissos e que vai continuar a ser o Município ao serviço de todos os Odivelenses. -----

Disse -----

Permita-me Sr., Presidente um esclarecimento. -----

Há pouco, o sr., deputado José Carlos Pires, levantou aqui o problema da reestruturação da Municipália EM. -----

Enquanto coordenador da Comissão de Atividades Económicas e Financeiras, quero informar o sr., deputado e toda a Assembleia que a citada Comissão solicitou em tempo oportuno o Plano de Reestruturação da Municipália EM., o qual está a ser discutido em sede de Comissão e encontra-se já agendada uma reunião com o Sr., Presidente da Municipália EM, para discussão do referido plano e saber qual o ponto em que se encontra. -----

Esta uma informação que aqui deixamos." -----

***Lúcia Lemos**, pela bancada da CDU, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----*

"De facto a autorização genérica dada caduca quando terminam os mandatos, e aí está uma razão pela qual a CDU não dá cheques em branco e não vota autorizações genéricas. Depois o futuro dirá que atos



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]

que estão a ser tomados com base em autorizações caducadas. E aí o PSD estará ao lado do PS se for o caso. -----

Relativamente às perguntas, tem a ver com parque Egas Moniz, de facto é um parque de estacionamento que desde a sua conclusão nós temos trazido aqui, como um elefante cor de rosa às riscas laranja, e que está ao abandono. Aí está uma obra que urge saber e como é que vai se utilizada, como é que a Câmara pretende rentabilizar. Qual é a taxa de utilização, quais são os custos associados à exploração e se está destinada a alguma PPP. -----

Gostaríamos também de saber relativamente à Quinta das Águas Férreas e nomeadamente também à Capela que faz parte daquela velha herança que vem do então concelho de Loures gerido pela então CDU. O que é que se pensa fazer ao Património? O Senhor Vereador do Património talvez nos possa explicar através do Sr Vice-Presidente o que é que vai acontecer à Capela que está emparedada e é Património que deveria ser englobado numa rota Turística. Alguém que seja a Odivelas e queira visitar Monumentos, gostaríamos de saber qual é a rota turística e quais são os monumentos que estão visitáveis em qualquer dia e até a horas possíveis para os turistas. -----

Também em relação à Quinta do Espírito Santo, como é que estamos dos "frescos" que estão nas paredes e o que é que se espera de obras no Espírito Santo. Todos nós acompanhámos a aquisição por parte da Câmara daquele imóvel, foi apresentado pela então Senhora Presidente, no seu 1º mandato como uma grande obra para o concelho, um património para pôr ao serviço dos Odivelenses e até hoje a Quinta do Espírito Santo tem aquele aspeto de abandono e que não prestigia o concelho de Odivelas. -----

Na mesma linha a Quinta das Piçarras, vamos ter ou não o tal centro interpretativo da água? Há de facto um terreno e há também um espaço que foi adquirido e que foi apresentado como património para pôr ao serviço da população e os anos passam e de nada sabemos -----

Há outro Património Municipal que também está ao abandono e recorrentemente perguntamos o que é que se vai fazer em relação ao Auditório da Póvoa de Santo Adrião, aí está o Auditório fechado. -----

Por fim gostávamos de perguntar como é que estamos de PDM, afinal o PDM vai ou não para discussão pública? Afinal como é que está o projeto de PDM em Odivelas. Ainda estamos a trabalhar convenientemente com o PDM da velha herança do baú de CDU de Loures. Vejam só, para umas coisas a herança dá jeito para não se ter que ter um PDM e fazer a gestão urbanística à la Carte, utilizando o PDM de Loures." -----

Edgar Valles, pela bancada do PS, -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signatures and initials]

José Falcão, pela bancada do **BE** proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

*"A Lúcia Lemos falava no Roteiro Turístico aqui em Odivelas e disse alguns pontos do Roteiro Turístico: Quinta do Espírito Santo, Quinta das Piçarras, Pavilhão do Silvado, os terrenos ao lado do Sr. Roubado, o Auditório da Póvoa, os mercados. Para culminar vamos falar a seguir dos terrenos que estão ao lado do Pavilhão, do Salão de Festas. Como vêm há um bom Roteiro Turístico para visitar neste concelho. -----
E sobre o estrangulamento financeiro Edgar, por acaso será que vocês não leem?-----
É que já era altura de se calarem com esta conversa de uma vez por todas. -----
Porque falar de estrangulamentos financeiros, quando nós temos mais cem novos multimilionários? -----
Quando a fortuna dos 3 principais multimilionários deste país cresceu não sei quantos mil milhões? -----
Não era já altura de se pensar que alguma coisa não joga "com a perdigota" Já estamos fartos de saber que há dinheiro e que o dinheiro que há, não vai é para aqui para as e os trabalhadores! -----
E que vai haver dinheiro para pagar 70 milhões de euros, mas não é para as e os habitantes do concelho e sim para o concelho pagar as PPP? Portanto há dinheiro! -----
Não há dinheiro para os pobres, para os remediados e para a saúde, não há dinheiro para as escolas para tirar o amianto. Não há dinheiro para estas coisas, mas há dinheiro para alguns e era bom que as pessoas que são responsáveis pusessem, e de uma vez por todas, a mão da consciência e de uma vez por todas tivessem vergonha na cara de falar da ausência de dinheiro, quando sabemos que ele existe e que vai é para outros lados." -----*

Presidente da União de Freguesias de Ramada/Caneças, Ilídio Ferreira, pela bancada da **CDU**, -----

António Ramos, pela bancada do **PS** -----

Edgar Valles, pela bancada do **PS** -----

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foi dada a palavra ao **Senhor Vice-Presidente da Câmara** para prestar os devidos esclarecimentos, o Sr. Vice-Presidente passou a palavra ao Sr. Vereador Paulo Cesar Teixeira, para prestar esclarecimentos sobre as questões referentes aos seus pelouros. -----

José Falcão, pela bancada do **BE**, fez um pedido de esclarecimento proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

*"Quando nós apresentámos o requerimento foi em fevereiro do ano passado. -----
Já se sabia que havia esse problema com as águas e é o que tem sido sistematicamente dito. -----*



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Em outubro, quando nos respondem, nove meses depois, informam que pretendem ter todas as ilhas em funcionamento, inclusive a do jardim da música e dos bombeiros voluntários! Mas isso já se sabia que havia esses problemas. Porque é que andam sistematicamente a dizer a mesma coisa, quando já sabemos e ao fim ao cabo o que é que se passa, como é que é? A questão é esta. Tem que haver uma resposta séria."---

Luís Salmonete, pela bancada do PSD, -----

Lúcia Lemos, pela bancada da CDU, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"Sr. Presidente tem a ver exatamente com esta explicação do Sr. Vice-Presidente e até pelo seu comentário prévio. A bancada da CDU repudia veementemente que os Senhores Vereadores e o Sr. Vice-Presidente que se permitam comentar os trabalhos da Assembleia e esta Assembleia não é a Reunião de Câmara. Na Reunião de Câmara nem sequer lá estamos para dizer se devem falar muito ou se devem falar pouco ou para acharmos da desnecessidade. O que os Senhores Vereadores disseram foi da desnecessidade das perguntas, partindo do pressuposto que as perguntas feitas em comissão o assunto está arrumado, as comissões decorrem da Assembleia, mas todos os membros da Assembleia não estão em todas as comissões, por exemplo o documento referente à Municpália que parece já ter chegado à comissão dos Assuntos Económicos, não chegou á mão de quem não está na comissão e nós requeremos para que chegue à mão de todos os Deputados ou de todos os membros desta Assembleia. -----

Não só é completamente descabido, com alguma sobrançeria o Sr. Vice-Presidente vem dizer porque é que estão a fazer perguntas de coisas que até já sabem, porque já fizeram perguntas em comissão. -----

Relativamente às perguntas que eu fiz e que são, compreendo, de carácter mais específico e técnico relativamente às contas. Gostaria de dizer aqui que é de facto pena que a Sr.ª Presidente não possa estar presente, admitindo que ela pudesse responder, mas o Sr. Vice-Presidente tentando escapar às perguntas "virou a coisa ao contrário". Não sou eu que tenho que colocar as perguntas por escrito, é o Sr. Vice-Presidente que não podendo responder agora deve pôr as respostas por escrito, portanto eu fico é a aguardar que a Assembleia receba as respostas." -----

Fernando Painho, pela bancada da CDU fez um pedido de esclarecimento proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"Uma pergunta muito simples, como é evidente o rumo Macro do Município de Odivelas deve preocupar qualquer Deputado Municipal, sabemos do peso dos encargos que as parcerias publico privadas provocam



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]

nos Orçamentos Municipais e queria perguntar diretamente aos senhores responsáveis do Executivo. Se há abertura no Executivo para promover a renegociação daquelas parcerias publico privadas.” -----

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foi dada a palavra ao **Senhor Vice-Presidente da Câmara** para prestar os devidos esclarecimentos -----

PONTO 2 – Aprovação de Atas. -----

Foram presentes para aprovação as atas do ano de 2013: -----

4ª Sessão Ordinária, de 19 de setembro; 13ª Sessão Extraordinária, de 25 de setembro; 14ª Sessão Extraordinária, de 3 outubro; 1ª Sessão após a instalação da Assembleia Municipal, de 18 outubro; 1ª Sessão Extraordinária do quadriénio 2013/2017 de 14 de novembro; 2ª Sessão Extraordinária do quadriénio 2013/2017 de 21 novembro. -----

No âmbito da discussão do ponto, usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal: -----

Luis Salmonete, pela bancada do PSD, -----

José Falcão, pela bancada do BE, proferiu um voto de protesto que seguidamente se transcreve: -----

“É sobre a metodologia da feitura das atas que quero falar. -----

Não quero ser obrigado a dizer cada vez que quero vir aqui, que quero que venha na ata, é um direito que me assiste ter as coisas na ata, como também não vou pedir às pessoas que não querem que as coisas fiquem na ata. Não faz nenhum sentido. -----

Já se sabe que o Bloco de esquerda quer as intervenções na ata, tal como a CDU. Já se sabe por isso não faz sentido que não venha.” -----

Armindo Fernandes, pela bancada da CDU, -----

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** foram colocadas à votação as atas nºs 15, 16 e 17 tendo sido **Aprovados por Maioria**, com os votos a favor das bancadas do BE, CDU, PS, PSD e abstenção da bancada do CDS, pela bancada do PS, Migue Ramos, Corália Rodrigues, Edgar Valles, Nuno



Assembleia Municipal de Odivelas

Gaudêncio, Isabel Coelho, Domingos Tomé, Miguel Galante e Pedro Caetano, pela bancada do PSD, Deolinda Martins, Fernanda Fitas, Pedro Roberto, Domingos Cabaço, Carlos Roda e Paula Paçó -----
Atas, nºs 18, 19 e 20, foram aprovadas por maioria, com os votos a favor das bancadas do BE, CDU do PS, PSD e com a abstenção da bancada do CDS -----
Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi colocado à consideração do plenário a retirada dos pontos nºs 3, 4, 5, 6 e 7, da presente Ordem de Trabalhos, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente** declarou encerrada definitivamente a Sessão pelas 00h15, dela se tendo lavrado Minuta, a qual, depois de lida pelo 1.º Secretário e aprovada pela Assembleia, foi assinada pelo 1.º Secretário, pelo 2.º Secretário e pelo Senhor Presidente. -----

O Senhor Presidente _____

O 1º Secretário _____

O 2º Secretário _____